

A GESTÃO MUNICIPAL DO SUAS EM TERESINA NA PANDEMIA DE COVID-19

Marina Queiroz Moura¹

RESUMO

O presente artigo faz uma análise da gestão do Sistema Único de Assistência Social do município de Teresina (PI), no contexto da pandemia decorrente do Coronavírus – COVID-19, particularmente no período de 2020 a 2022, a partir da análise do Censo Suas sobre Gestão Municipal. Destaca-se as medidas adotadas para amenizar as expressões da questão social que se agravaram nesse cenário e aquelas cuja ausência impactou a realidade social. Por fim, observou-se como o projeto neoliberal impactou na qualidade da oferta de serviços socioassistenciais para os diversos públicos.

Palavras-chave: Gestão Municipal. Sistema Único de Assistência Social. COVID-19.

ABSTRACT

This article analyzes the management of the Unified Social Assistance System in the municipality of Teresina (PI), in the context of the pandemic resulting from the Coronavirus - COVID-19, particularly in the period from 2020 to 2022, based on the analysis of the Suas Census on Municipal Management. We highlight the measures adopted to reduce the expressions of the social issue that worsened in this scenario and those whose absence affected social reality. Finally, it was observed how the neoliberal project had an impact on the quality of the provision of social assistance services for different audiences.

Keywords: Municipal Management. Unified Social Assistance System. COVID-19.

1 INTRODUÇÃO

A crise econômica vivenciada nos últimos anos e aprofundada com a pandemia de COVID-19 provocou diversos impactos sociais que afetaram especialmente as mazelas mais vulneráveis. É evidente que tais impactos são exercidos sob um recorte de classe, gênero, raça e etnia, visto que o Brasil é um país marcado por seu passado

¹ Universidade Federal do Piauí – UFPI; Graduanda de Serviço Social; Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Estado, Direitos e Políticas Públicas (GEDIPO); Membro do Grupo de Estudos de Políticas da Seguridade Social e Serviço Social (GEPSS); Marinaqueirozm18@gmail.com.

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

escravista e colonialista. Assim, as consequências da crise recaem maiores sob a população negra, periférica, indígenas, imigrantes e refugiados (ANTUNES, 2022).

O cenário político e pandêmico nos permitiu observar o aumento em massa de trabalhadores na informalidade, o agravamento da fome e da pobreza, mortes por negligência do Governo com a saúde pública, e etc. Assim, segundo Antunes (2022), a imbricação entre a crise estrutural e a explosão do coronavírus é denominada “capital pandêmico”, visto que a pandemia revelou o caráter mais devastador do modelo de produção capitalista.

Nesse cenário, destaca-se o papel do Estado de direito, como um interventor nas relações sociais, a fim de minimizar desigualdades. Todavia, esse agente encontra-se, nesse período, sob uma ótica ultraneoliberal, que atua diretamente no desmonte do Sistema Único de Assistência Social, mediante a promoção de políticas sociais mínimas. No município de Teresina esse cenário não é diferente.

Ante o exposto, questiona-se: como a gestão do SUAS do município de Teresina atendeu as demandas sociais emergentes? E como o projeto neoliberal afetou a oferta de serviços e benefícios no contexto da pandemia da COVID-19?

O presente trabalho tem como objetivo, então, refletir sobre o impacto do neoliberalismo no desmonte do SUAS, a partir da análise das medidas adotadas pela gestão municipal para o enfrentamento das expressões da questão social nesse período, destacando que ações foram necessárias serem tomadas e aquelas cuja ausência provocou grande impacto na realidade social.

Para tal, utilizou-se revisão de literatura, a partir de autores que possuem uma compreensão crítica do tema como: Sposati (2007), Yamamoto e Carvalho (1982), Behring, Cislighi e Souza (2020), Antunes (2022), Salvador (2017), Filho e Gurgel (2016). Ademais, utilizou-se pesquisa documental, através de dados do Censo Suas sobre “Gestão Municipal” dos anos de 2020, 2021 e 2022.

O trabalho está dividido em duas partes. A primeira faz uma breve exposição da construção da Política de Assistência Social e do SUAS, enquanto sistema protetivo na oferta de ações emergenciais às famílias no contexto pandêmico e seu

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



desmonte frente ao cenário político dos últimos anos. A segunda, por sua vez, faz uma análise da gestão municipal do SUAS de Teresina durante a pandemia da COVID-19, a partir da orientação do projeto neoliberal e seus impactos na oferta de serviços socioassistenciais.

2 A OFENSIVA ULTRANEOLIBERAL E O DESMONTE DO SUAS

As políticas sociais brasileiras surgiram na Era Vargas, quando o Estado reconheceu a questão social como caso de política, para manter a ordem burguesa, por meio do apaziguamento da parcela da população trabalhadora que reivindicava por melhores condições de vida e de trabalho. Assim, é evidente o caráter contraditório, mas necessário, que a política social assume dentro do sistema capitalista (IAMAMOTO; CARVALHO, 1982).

A assistência social, que por muito tempo foi vista como sinônimo de caridade, é, hoje, entendida como uma política pública de direito do cidadão e dever do Estado, que compõe a Seguridade Social, junto com a saúde e a previdência, e que independe de contribuição, sendo prestada a todos que dela necessitar. Embora tal conquista tenha sido reconhecida na Constituição Federal de 1988 e regulamentada na Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, ela ainda perpassa por lutas e entraves para se materializar como política pública, devido à forte presença de traços conservadores que se encontram enraizados no ideológico popular (SPOSATI, 2007).

A Política de Assistência Social provê os mínimos sociais para atender às necessidades básicas da população, mediante a proteção à vida, a redução de danos e a prevenção da incidência de riscos sociais. Para isso, organiza-se através do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) que assegura as seguranças de acolhida, de convívio ou vivência familiar, comunitária e social; de desenvolvimento de autonomia; e de apoio e auxílio (BRASIL, 2012).

A Norma Operacional Básica do SUAS dispõe ainda, no artigo 8º, sobre o Pacto Federativo, que estabelece as responsabilidades e as competências dos

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



governos federal, estadual e municipal para organização e gestão do SUAS. Além disso, o financiamento do SUAS deve estar previsto no orçamento da seguridade social e ser compartilhado entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, segundo o princípio de diversidade das bases de financiamento (ibid., 2012).

Historicamente, o SUAS tem encontrado dificuldades de financiamento, segundo Boschetti (2009, p.14), “a maior fatia de recurso do orçamento da seguridade social fica com previdência social (média de 60%), seguida pela política de saúde (média de 14%), e, finalmente, a política de assistência, com média de aproximadamente 6%.” Somando-se a isso, o SUAS sofre com o desfinanciamento provocado pelo avanço do ultraneoliberalismo no Brasil.

O projeto neoliberal emergiu no Brasil na década de 1990, na Era Collor, e foi aprofundada no governo de FHC com o Plano Diretor da Reforma do Estado que defende um estado mínimo para o social, ou seja, a desresponsabilização do Estado sobre a política social, por meio da tríade: privatização, focalização e descentralização (SOUZA; FILHO; GURGEL, 2016).

Nesse contexto, a grande maioria da população encontrava-se desamparada pelo Estado, que atuava de forma mínima e precária. Por esse motivo, observa-se a transferência da responsabilidade sobre a “questão social” para a “sociedade civil”, cujas ações eram pautadas na caridade e da filantropia. Assim, segundo Montañó (2004, p. 04), “é neste espaço que surgirá o ‘terceiro setor’, atendendo a população ‘excluída’ ou parcialmente ‘integrada’. Isto se constitui como ‘uma luva’ na mão do projeto neoliberal”.

Em contramão a essa lógica, o SUAS representa uma grande conquista para a política da assistência social. De acordo com Silveira e Lopes (2020, p.51), o SUAS “possibilitou a implantação de uma rede de proteção estatal, continuada, com oferta de serviços e benefícios de modo permanente e nos territórios mais vulneráveis”. Além disso, assume um caráter democrático ao estimular a participação dos usuários,

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

a transparência nos recursos; implantação de ouvidorias; processos de monitoramento e avaliação; implantação da educação permanente, etc. (ibid., 2020).

No entanto, com o golpe de 2016 em que Temer assume o poder e instala no país um governo de centro-direita, observa-se que o avanço do conservadorismo político e do neoliberalismo intensificam o desfinanciamento e o desmonte da seguridade social. Esta, por sua vez, sofre com a regressão de direitos e cortes de verbas, através das contrarreformas que prejudicam a população mais vulnerável (SALVADOR, 2017).

Nesse mesmo ano, a DRU (Desvinculação de Receitas da União), considerada como um mecanismo de desmonte das políticas públicas, foi prorrogada, por meio da Emenda Constitucional nº 93, até o final de 2023. Além disso, foi ampliado de 20% para 30% o percentual das receitas de tributos federais que podem ser desvinculados do orçamento destinado a seguridade social. Outro mecanismo de desmonte é a Emenda Constitucional nº 95 que congela as despesas primárias do governo por 20 anos (ibid., 2017).

Assim, entende que esse período é marcado pelo neoliberalismo em sua fase mais avassaladora, sendo assim, denominado: ultraneoliberalismo (ANTUNES, 2022). Nos últimos anos, esse fenômeno provocou o aumento do desemprego, da precarização do trabalho, da extrema pobreza e, conseqüentemente, o crescimento da demanda por políticas de assistência social.

O governo ilegítimo de Temer introduziu as matrizes do programa ultraneoliberal, que foi aprofundado por seu sucessor. A recomposição da extrema-direita no Brasil contribuiu para alçar ao poder o neofascista Bolsonaro que não apenas deu continuidade ao projeto destrutivo e entreguista de seu antecessor, como o aprofundou em meio à maior tragédia sanitária de nosso tempo. Os governos ultraneoliberais acirraram a superexploração da força de trabalho e a espoliação do fundo público (VIEIRA; TEIXEIRA, 2020).

A crise econômica e política, somada a crise sanitária provocada pela pandemia do coronavírus (COVID-19), dá maior visibilidade as expressões da

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



questão social, expondo ao mundo uma realidade que sempre esteve presente no modelo de produção capitalista: fome, desemprego, trabalho precarizado e informal, população em situação de rua e de extrema pobreza que, diante desse cenário, encontram-se mais vulneráveis. Logo, entende-se que “a pandemia desnudou a agressividade do ultraneoliberalismo” (BEHRING; CISLAGHI; SOUZA, 2020, p. 106).

Observa-se a ascensão do bolsonarismo e com ele a propagação de discursos de ódio, de cunho fascista e negacionista. O cenário político brasileiro é marcado pela disseminação de fakes News, ausência de uma política unificada de proteção contra a propagação do vírus, estimulação de discursos antivacinas e redução da gravidade da doença que foi responsável pela morte de mais de 700 mil pessoas (VIEIRA; TEIXEIRA, 2020).

A capacidade dos sistemas de proteção social do modelo de produção capitalista é posta em dúvida, principalmente nos países cujas políticas sociais desenvolveram-se atendendo os interesses da classe dominante (FRANÇA; FERREIRA, 2020). A partir daí, a essencialidade da política de assistência social torna-se ainda mais evidente e cresce a resistência pela defesa do SUAS por parte dos trabalhadores e estudiosos.

Contudo, nesse período, a política de assistência social no Brasil, caracterizada por ser seletiva e focalizada, é majoritariamente baseada em programas de transferência de renda como o Bolsa-Família (Auxílio Brasil) e o Auxílio Emergencial, que surge pela necessidade de proteção aos indivíduos e famílias mais vulneráveis nesse contexto de crise pandêmica. Esse benefício é uma “pseudo resposta” que, “por não serem permanentes e universais não rompem com a lógica neoliberal de desresponsabilização do Estado para com a sobrevivência e dignidade dos mais vulneráveis” (VIEIRA; TEIXEIRA, 2020, p.71).

Ante ao exposto, é necessário analisar como o agravamento das expressões da questão social é observado no município de Teresina, bem como destacar as medidas adotadas pela gestão municipal do SUAS no enfrentamento das demandas sociais emergentes no contexto pandêmico.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada
Internacional
Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

3 A GESTÃO MUNICIPAL DO SUAS EM TERESINA EM TEMPOS DE COVID-19

Segundo dados retirados do Censo SUAS (2020, 2021, 2022), o município de Teresina decretou emergência em saúde pública em razão da pandemia decorrente do Coronavírus – COVID-19 nos anos de 2020 a 2022. Diante disso, a gestão municipal realizou diversas ações para atender a população durante a situação de emergência.

Uma primeira ação realizada pelo município foi a oferta dos benefícios eventuais. Nesse sentido, de acordo com o Censo SUAS, no município de Teresina, foram concedidos benefícios eventuais por situação de morte, calamidade pública e por situação de vulnerabilidade temporária em todos os anos pandêmicos, com exceção do benefício por nascimento que não foi disponibilizado no ano de 2020.

Compreende-se que o agravamento das expressões da questão social, somada ao lento processo de efetivação de políticas sociais por parte do governo federal, implicou no crescimento da demanda por benefícios eventuais (SOUZA; JÚNIOR e ALVES, 2020). Cabe ressaltar que são financiados pelos municípios, o que impôs, maior responsabilidade para esses entes.

De acordo com as Diretrizes para a atuação da Política de Assistência Social em contextos de Emergência Socioassistencial, no “Eixo I - Gestão Legal, Administrativa e Orçamentária”, é dever da Gestão Municipal em situações de pré-emergência “participar na elaboração de plano de contingência, articulado com o órgão de proteção e defesa civil, incorporando o seu planejamento prévio realizado, quando necessário” (BRASIL, 2010, p. 28).

Além disso, o documento enfatiza ainda que é dever da Gestão Municipal:

Integrar o sistema local de proteção e defesa civil e participar de instância intersetorial (comissão/gabinete/comitê/grupo de crise) local para resposta a contextos de emergência, juntamente às diferentes áreas/políticas locais, visando apoiar e assessorar quanto às competências e ações da política de assistência social e no planejamento, execução e monitoramento das ações de forma integrada (ibid., 2010, p.45-46).

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Assim, segundo dados do Censo SUAS, embora tenha sido elaborado um Plano de Contingência para a COVID-19, observou-se que não houve participação da Gestão Municipal do SUAS em Comitê de Gestão de Enfrentamento ao Coronavírus. Esse fato nos faz questionar a qualidade e a eficácia das medidas adotadas pela Gestão Municipal, visto a ausência da intersectorialidade nos processos decisórios, que deve ser reconhecida como medida necessária para alcançar a eficiência, isto é, o melhor uso dos recursos humanos, financeiros e tecnológicos (DOMINICI, 2018).

A interdisciplinaridade, de acordo com Minayo (2010, p.436), é a “articulação de várias disciplinas em que o foco é o objeto, o problema ou o tema complexo, para o qual não basta a resposta de uma área só”. Assim, entende-se que a ausência da participação da Gestão Municipal do SUAS em Comitê de Gestão de Enfrentamento ao Coronavírus provocou impactos tanto na oferta dos serviços, benefícios e programas da política de assistência social, como também nas demais políticas, especialmente a de saúde.

De acordo com dados retirados do Censo SUAS (2020, 2021 e 2022), foram realizadas para crianças e adolescentes, população em situação de rua, pessoas idosas e migrantes/refugiados as seguintes atividades: criação de novas vagas de acolhimento; reorganização das vagas já existentes; apoio através da distribuição de alimentos; distribuição de kits de higiene pessoal e limpeza; e distribuição para os usuários de equipamentos de proteção individual (máscaras, álcool gel, etc).

Contudo, verificou-se que nenhuma dessas atividades foram realizadas para pessoas com deficiência durante os três anos pandêmicos. Apesar de entender que a identificação/mapeamento de demandas sociais imediatas, nesse contexto, apontou para outros públicos como prioridade na oferta desses serviços, não se pode negar a pouca atenção a esse público que também exige cuidados, por vezes especializados.

Outro serviço que foi diretamente afetado por essa focalização é o Serviço Especializado em Abordagem Social, uma vez que a busca ativa foi restrita a população em situação de rua. Entende-se que esse grupo, por se encontrarem em

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



situação de extrema pobreza e com vínculos familiares fragilizados, necessitam de maior proteção por parte do Estado. Portanto, é fundamental que a busca ativa a esse público seja intensificada, a fim de identificar as principais demandas e facilitar o acesso destes aos serviços (BRASIL, 2010).

De fato, esse grupo encontra-se mais vulnerável a exposição ao vírus, entretanto, os demais públicos como crianças e adolescentes, pessoas com deficiência e migrantes/refugiados também possuem suas vulnerabilidades e particularidades que não foram consideradas no processo decisório, visto que foram excluídos desse serviço. No entanto, no Censo SUAS não aparece nenhuma informação sobre esses públicos. Será que um município de grande porte como Teresina (PI) não possuía essa demanda?

Dentre as principais dificuldades enfrentadas pelo município devido a pandemia de COVID-19, destaca-se o grande número de atendimentos em decorrência do Auxílio Emergencial nos anos de 2021 e 2022, sendo que em 2020 e 2022 houve um número reduzido de pessoas na equipe para suprir a demanda de atendimento. No entanto, não houve contratação de profissionais efetivos ou temporários. Ao invés disso, a gestão municipal remanejou profissionais dentro das unidades socioassistenciais (CENSO SUAS, 2020, 2021, 2022).

O remanejamento de profissionais é geralmente utilizado devido ao déficit no quadro de funcionários ou aumento exponencial da demanda e pode, dependendo de sua execução, prejudicar a qualidade dos serviços ofertados, ao atribuir a profissionais demandas distintas daquelas que possui expertise. Assim, entende-se também que esse mecanismo ocorre devido a falta de recursos para contratação de novos profissionais, reflexo do desmonte ultraneoliberal de espoliação do fundo, e que prejudica intensamente a qualidade dos serviços prestados à população.

Observou-se um descaso com os trabalhadores da rede socioassistencial governamental, visto que a gestão da Assistência Social do município não ofertou medidas de suporte emocional em nenhum ano da pandemia, disponibilizou de maneira insuficiente os EPI's durante o primeiro ano e demorou a considerar esses

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



profissionais como grupo prioritário na aplicação de vacinas (CENSO SUAS, 2020, 2021, 2022). Dessa forma, embora os assistentes sociais tenham atuado na linha de frente contra o COVID-19, não receberam o devido reconhecimento pelo governo.

Assim, entende-se que as manifestações do projeto ultraneoliberal podem ser observadas mediante: a extrema focalização de serviços, benefícios e programas; ao déficit no quadro de funcionários, apesar do aumento da demanda; a precarização da estrutura física e dos recursos materiais das instituições; e ao descaso com os trabalhadores da rede socioassistencial.

4 CONCLUSÃO

A crise da pandemia da COVID-19 evidenciou as profundas contradições do capitalismo ao dar maior visibilidade as desigualdades sociais do País. No entanto, segundo Pinto e Cerqueira (2020, p. 43), “a COVID-19 não é o elemento-choque que causa a crise, ela é a inflexão numa crise que já estava em curso”, isso porque, nesse período, o Brasil encontrava-se sob forte influência do ultraliberalismo associado a governos de extrema direita.

É nesse contexto que a gestão do SUAS do município de Teresina vai responder, de forma focalizada, as demandas sociais emergentes, visto que o projeto ultraneoliberal provocou o desmonte da política de assistência social, prejudicando a oferta de serviços e benefícios em meio a maior crise sanitária dos últimos tempos. Assim, a incapacidade do sistema de proteção social em atender os diversos públicos de forma universal e com qualidade provocou grande impacto na realidade social.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Capitalismo Pandêmico**. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2022.

BEHRING, E. R.; CISLAGHI, J. F.; SOUZA, G. Ultraneoliberalismo e bolsonarismo: impactos sobre o orçamento público e a política social. IN: BRAVO, M.I.S.; MATOS, M.C.; FREIRE, S.M.F. (Org.). **Políticas sociais e ultraneoliberalismo**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

BOSCHETTI, I. Seguridade social no Brasil: conquistas e limites à sua efetivação. IN: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. IN: ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. CFESS/ABEPSS, Brasília, 2009.

BRASIL. MDS. Norma Operacional Básica do Suas – NOB/SUAS. Brasília: MDS, 2012.

BRASIL. Diretrizes para a atuação da Política de Assistência Social em contextos de Emergência Socioassistencial. 2010.

CENSO SUAS 2020. Secretaria Nacional de Assistência Social. Questionário Gestão Municipal.

CENSO SUAS 2021. Secretaria Nacional de Assistência Social. Questionário Gestão Municipal.

CENSO SUAS 2022. Secretaria Nacional de Assistência Social. Questionário Gestão Municipal.

DOMINICI, M. C. **Texto para discussão:** a importância da articulação intersetorial na administração pública. Brasília, DF, 2018.

FILHO, Rodrigo de Sousa; GURGEL, Claudio. **Gestão Democrática e Serviço Social:** princípios e propostas para a intervenção crítica. São Paulo: Cortez, 2016. p.124 -187.

FRANÇA, R. M. S. de; FERREIRA, M. D. M.; 2020. A assistência social no enfrentamento à pandemia COVID-19 na América Latina e Brasil: conjunturas, limites e resistências. In: **Diálogos e vivências com o SUAS em tempos de COVID19** / organizadoras, Iracilda Alves Braga, Rosilene Marques Sobrinho de França, Teresa Cristina Moura Costa. – Teresina: EDUFPI: Cancioneiro, 2020.

IAMAMOTO, M. V. & CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. Ed. Cortez, SP, 1982.

MINAYO, M. C. S. **Disciplinaridade, interdisciplinaridade e complexidade**. Revista Emancipação, Ponta Grossa, PR, v. 10, n. 2, p. 435-442, 2010.

MONTAÑO, C. E. **O projeto neoliberal de resposta à “questão social” e a funcionalidade do “terceiro setor”**. Lutas Sociais, n. 8, p. 53–64, 2004. DOI: 10.23925/ls.v0i8.18912. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/18912>. Acesso em: 10 jun. 2023.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

PINTO; M. B.; CERQUEIRA, A. S. **Reflexões sobre a pandemia da COVID-19 e o capitalismo.** Revista Libertas, Juiz de Fora, v. 20, n.1, p. 38-52, jan. / jun. 2020.

SALVADOR, Evilásio da Silva. **O desmonte do financiamento da seguridade social em contexto de ajuste fiscal.** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 130, p. 426-446, set./dez. 2017.

SILVEIRA, J. I.; LOPES, M. H. C.; 2020. Sistema Único de Assistência Social em Tempos de COVID-19: aprofundamento do desmonte e agenda política. In: **Diálogos e vivências com o SUAS em tempos de COVID19** / organizadoras, Iracilda Alves Braga, Rosilene Marques Sobrinho de França, Teresa Cristina Moura Costa. – Teresina: EDUFPI: Cancioneiro, 2020.

SOUZA, A. O.; JÚNIOR, A. R. S. P.; ALVES, D. C. Condições objetivas e subjetivas do trabalho profissional quanto ao enfrentamento à COVID-19 no âmbito do SUAS Teresina. In: **Diálogos e vivências com o SUAS em tempos de COVID19** / organizadoras, Iracilda Alves Braga, Rosilene Marques Sobrinho de França, Teresa Cristina Moura Costa. – Teresina: EDUFPI: Cancioneiro, 2020.

SPOSATI, A. O. **A menina Loas:** um processo de construção da assistência social. São Paulo: Cortez, 2007.

VIEIRA, N. de H.; TEIXEIRA, S. M.; 2020. A essencialidade do Sistema Único de Assistência Social na Pandemia da COVID-19: cenário de (des)proteção social?. In: **Diálogos e vivências com o SUAS em tempos de COVID19** / organizadoras, Iracilda Alves Braga, Rosilene Marques Sobrinho de França, Teresa Cristina Moura Costa. – Teresina: EDUFPI: Cancioneiro, 2020.

PROMOÇÃO



APOIO

